

OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: OLHARES E REFLEXÕES PARA NOVAS PRÁTICAS DE ENSINO

Jéssica Salvino Mendes¹
UEPB

Resumo: A partir de uma análise teórico metodológica o artigo a seguir discute o uso e as práticas de leituras, no livro didático, neste caso o livro didático de História em sala de aula. Por meio de uma discussão baseada nos autores que discutem conceitos dos mais diversos sobre este complexo material didático, busco apresentar os novos olhares e reflexões que culminam em novas práticas de uso e ensino, onde o livro didático de História sirva como um objeto que auxilie o professor na exposição dos conteúdos históricos, bem como na discussão sobre os conceitos que englobem os novos debates historiográficos nos meios acadêmicos. O livro didático considerado uma ferramenta didática complexa que possui em seus aspectos, diversas definições, sejam elas de caráter cultural, social, mercadológico ou político. Atento também para um debate em cima do sujeito do professor que é um dos principais personagens que utilizam o livro didático em seu cotidiano escolar. É preciso que o professor enquanto importante agente no processo de ensino e aprendizagem levante em sala de aula junto aos seus alunos questionamentos, problemáticas, intenções, efeitos de verdade e os discursos que os livros didáticos de História produzem, estejam eles presentes em textos, imagens ou exercícios.

Palavras-chave: ensino de história; imagens; leituras; livro didático; reflexões.

INTRODUÇÃO

Considerado objeto de complexa de definição, o livro didático vem a pelo menos duzentos anos fazendo parte do universo escolar. Em meio suas múltiplas faces pode ser considerado uma mercadoria, objeto cultural, suporte para ensino. O livro didático de História também faz parte do mundo educacional há bastante tempo, trazendo desde sua emergência saberes históricos ensinados em sala de aula.

Com as mudanças paradigmáticas e teórico metodológicas envolvendo a História e seu ensino, o livro didático passou por diversas modificações. Nos séculos XIX e XX o Estado buscava através dos manuais escolares de História fortalecer o “espírito” nacionalista e o amor à pátria brasileira. Seu uso se dava basicamente em fazer com que através do discurso dos professores, os alunos lessem e decorassem todas as partes consideradas importantes e assim as declamassem para sala de aula.

¹ Discente do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. PIBID CAPES. e-mail: jessicasalvinom@gmail.com.

Atualmente o livro didático de História vem buscando cumprir a função de não ser apenas o único meio pelo qual professores lecionem, nem pelo qual os alunos possam aprender. Desta forma informações adicionais como indicações de sites e propostas para filmes, apresentam-se como alternativas há mais no processo de ensino.

Despertar o olhar crítico a partir de questionamentos, desconstruir estereótipos, estão nas propostas que incluem as estratégias que envolvem a produção dos livros didáticos de História. Mais é preciso ir mais além. A análise de imagens que cada vez mais estão presentes nos livros e a análise dos discursos que os compõe se torna cada vez mais relevante.

Sendo assim proponho por meio deste artigo uma análise do livro didático em que professores e alunos possam colocar em prática as novas metodologias que envolvam a didática do ensino de História. É preciso que as múltiplas faces do livro didático sejam vistas pelo olhar do professor que este analise os discursos dos vários sujeitos que participem da construção do livro didático.

Através de uma análise teórico metodológica em cima das abordagens que envolvam as relações entre professores alunos e o livro didático de História, dentre elas as práticas de leituras e seu uso em sala de aula, busco através de novos olhares e novas reflexões contribuições para melhorias no processo de ensino e aprendizagem do conteúdo de História.

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA ANÁLISES METODOLÓGICAS PARA SALA DE AULA

O livro didático faz parte do ambiente escolar há pelos uns duzentos anos. Já foi chamado de manual escolar, e vem cumprindo com muitas funções desde sua emergência até os dias de hoje. Pode ser considerado um material didático cultural de complexa definição. E Como Bittencourt (1996, p. 5) bem nos mostra “... desde sua gênese, sofreu mutações a partir da ampliação da rede de ensino (...) diferente dos demais sofria intervenções constantes...”.

Assim como em muitos países Europeus o Brasil há bastante tempo incorporou o livro didático em seu sistema de educação. Da mesma forma que as mudanças de paradigmas educacionais mudaram a “face” do livro didático por lá, por aqui nossas

produções didáticas não fugiram a “regra”. Se voltarmos no tempo, mais precisamente no Brasil do século XIX e XX, percebemos que:

o livro didático deveria desempenhar o papel de homogeneizar o saber escolar, de reforçar os métodos de ensino baseados na memorização, em uma, escola concebida como transmissora dos conhecimentos das diferentes disciplinas. O livro didático deveria ser utilizado como instrumento de memorização, ocasionando a prática do ‘saber de cor...’(BITTENCOURT , 1996, p.18)

Há algumas décadas atrás, os livros didáticos não possuem, ou pelo menos procuram não mais reforçar esta ideia do “saber de cor” imposta pelo método da memorização. Cada vez mais, interpretar, analisar e criticar vem fazendo parte dos exercícios diários em que os livros didáticos buscam se apresentar diante de professores e alunos, contribuindo assim para melhor resultado do processo de ensino, aprendizagem e reflexão dos saberes.

Um livro didático que acompanhou de forma significativa as mudanças paradigmáticas ocorridas com este material didático foi o livro didático de História. A disciplina de História, bem como o seu livro didático cumpriram diversas funções servindo de mecanismo para os mais diversos propósitos, sejam eles políticos, culturais, sociais, educacionais e econômicos.

Logo após o período da segunda Guerra Mundial (1939-1945) os livros didáticos de História vêm sendo alvo de “averiguações” seja aqui no Brasil ou internacionalmente. A grande preocupação dos órgãos competentes se dá justamente em evitar qualquer tipo de divulgação que despertasse conflitos ou a perpetuação de certos estereótipos entre os povos envolvidos direta e indiretamente nos conflitos daquela época. Através de instrumentos educacionais se procurava evitar que os resquícios da guerra não afetassem mais o mundo.

Atualmente as preocupações que norteiam as revisões sob os livros didáticos de História na Europa, envolvem questões relacionadas à memória, identidade e História escolar. Enquanto isso, aqui no Brasil as pesquisas se encaminham pelo viés ideológico, que a passos lentos estão se incorporando a discussões que envolvam as discrepâncias e distâncias entre os saberes acadêmicos e escolares, além das críticas feitas aos estereótipos criados sobre grupos étnicos brasileiros.

Como já citado anteriormente o livro didático de História encontra-se inserido em um emaranhado de complexidades. Hoje algumas destas complexidades podem ser abordadas através das problemáticas e disparidades que refletem de forma intensa em sala de aula. A distancia entre os saberes produzidos nas Universidades, que desconstroem antigos estigmas e os saberes que os livros didáticos de História carregam consigo na sala de aula deixam evidente que, discursos estereotipados continuam a perpassar antigos conceitos que não devem mais ser usados, discursos estes condenados explicitamente pelo próprio Plano Nacional do Livro Didático de História de 2011, como pode ser lido abaixo:

Para o componente curricular História, será observado se a obra: Esta isenta de estereótipos, caricaturas e/ou simplificações explicativas que comprometam a noção de sujeito histórico e/ou induzam a formação de preconceitos de qualquer natureza. (p.15)

As análises sobre os discursos atuais que recaem sobre os textos dos livros didáticos de História, procuram exatamente encontrar os vestígios de preconceitos sobre os grupos étnicos de nosso país. Um bom exemplo disto está na identificação e desconstrução de “visões deformadoras e incompletas sobre estes povos”. Os resultados de algumas análises nos mostram:

... a ausência de estudos sobre a história indígena (...) as populações indígenas surgem nos livros didáticos nos capítulos iniciais, quando da chegada dos europeus e para justificar a importação de mão de obra africana. (BITTENCOURT, 2011, p. 305)

As pesquisas e análises que contemplam a população negra, mostram textos e abordagens que falam sobre o racismo, e as mudanças que ocorreram com os negros através da luta política, que acabam insistentemente falando sobre o período da escravidão, pouco se dedicando ao pós-escravidão.

É preciso que a partir das complexidades que envolvam o livro didático de História professores e alunos possam problematizar em cima dos fatores acima discutidos. O preconceito e os estereótipos construídos com ele são nocivos à sociedade e não podem ser

abordados de forma incompleta. As mudanças paradigmáticas que ocorreram com os livros didáticos, mudaram sua face, tornando-o instrumento pedagógico de História muito diferente daquele do século XIX e XX, porém os análises e questionamentos não podem deixar de ser feitos em nenhuma época.

PRODUÇÃO DE IMAGENS NA CONSTRUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Há pelo menos cem anos imagens como gravuras e mapas fazem parte dos livros didáticos de História. Desde meados dos séculos XIX e XX as imagens são usadas enquanto recurso pedagógico. Alguns autores de livros daquela época acreditavam que por meio de imagens e ilustrações os alunos aprenderiam melhor, fixando cenas históricas em suas mentes. O objetivo seria de transformar o que estava escrito em algo que se tornava *visivelmente mais palpável*. A crença que os conteúdos seriam melhor apreendidos desta forma era muito relevante.

No universo escolar de hoje as imagens, gravuras e ilustrações *bombardam* cada vez mais intensamente os livros didáticos de História. Muitas vezes *boom* de imagens faz com que os textos tornem-se cada vez mais simplificados e pouco estimulantes em relação a questões de interpretação e crítica por parte dos alunos. Outras questões como legendas e referências postas junto às ilustrações exibidas nos livros didáticos, vem sendo incorporadas de algum tempo para cá, e a necessidade de ser fiel a referência delas parece mais interessante do que informações que sirvam para discussão entre professores e alunos.

Grande maioria das imagens contidas nos livros didáticos de História atualmente não é de autoria de seus próprios escritores, geralmente outros profissionais da área gráfica são designados a este serviço. Este paradoxo pode resultar em conflitos de interpretação quando tentamos associar textos a imagens, fora que muitas imagens não estão incluídas nas análises e exercícios contidas nos livros. “Sendo assim para introduzir o aluno na leitura de imagens dos livros didáticos, é importante inicialmente buscar separar a ilustração do texto...” (Bittencourt, 2008, p.86-87).

Ainda segundo Circe Bittencourt é necessário que se faça uma análise inicial interna e posteriormente uma análise externa das imagens contidas nos livros. Junto a seus alunos os professores devem fazer estas análises iniciais, gerando nestes observação, interpretação e descrição mais “livres”.

A partir da *análise interna* deveram ser observados “conteúdos, temas, personagens representados, espaço, postura, vestimentas, que indicam o retrato de uma determinada época” (BITTENCOURT, 2008, p. 88). Os diálogos resultantes destas primeiras análises, permitiram ser observadas as primeiras impressões que os alunos terão diante das imagens.

Já na *análise externa* é indicado que se faça uma leitura do documento como *documento* e depois a leitura do documento como *sujeito*. Primeiramente os alunos deverão ser orientados a questionar *Como e por quem foi produzido? Quando foi realizada? Para que e para se fez esta reprodução?* Em seguida na análise como sujeito, perguntas do tipo *Qual a relação de texto com a ilustração? Possui legendas? Quem é o autor? Quem é o editor? As ilustrações foram selecionadas pelo autor ou pelo editor?*

Sendo assim é interessante fazer uso de comparação das ilustrações para que os alunos desenvolvam conceitos históricos de rupturas e permanências, mostrando, por exemplo, porque os nativos aparecem mais no início da colonização do Brasil e não mais no período da Independência e o porquê disto.

As imagens ilustrações contidas nos livros didáticos são assim como o livro instrumentos pedagógicos instituídos de valores ideológicos e, culturais, portanto devem ser analisados de forma crítica, com posicionamentos questionadores sobre elas, seu contexto histórico e seus autores.

Através destas análises sob a orientação do professor os alunos desenvolveram o exercício da crítica, olhando para imagens e ilustrações por um novo olhar. Descobrimo-nos como sujeitos históricos capazes de questionar sobre as diferentes épocas e temporalidades.

OLHAR DO PROFESSOR DE HISTÓRIA SUAS PRÁTICAS E LEITURAS NO LIVRO DIDÁTICO

Posicionado com importante sujeito para transmissão dos saberes históricos e escolares está o professor de História. A ele é incumbida à tarefa de junto a escola onde atua o desafio de escolha do livro didático de História para o ensino da disciplina em sala de aula.

Hoje o desenvolvimento de Novas práticas docentes, construídas ao longo de um processo histórico-temporal, permitem aos professores análise, crítica, escolha e o desenvolvimento de estudos sobre o livro didático. Porém nem sempre este leque de possibilidades foi tão vasto assim. No século XIX, a relação do professor com o livro ou

manual escolar, limitava-se “... a função de apresentar o conteúdo do livro selecionava o que deveria ser lido e fazia sua interpretação.” (Bittencourt, 1996, p. 6).

Não limitada apenas em seu uso por parte dos professores, as práticas de leitura e interpretações dos livros didáticos eram muitas restritas aos alunos também. No modelo de educação do século XIX que ainda trazia consigo resquícios de uma pedagogia baseada no *Ratio Studiorum*², caberia ao aluno “... ler o texto dominar as palavras escritas e repeti-las diante do professor e dos colegas. A lição seria uma repetição da palavra escrita” (Bittencourt, 1996, p.6).

Em meio as sutis mudanças na educação, ocorridas no século XX, entre elas o desenvolvimento dos *métodos intuitivos*, e posteriormente nos anos seguintes, as mudanças de paradigmas históricos e educacionais, o uso e práticas de leitura do livro didático, nos permite perceber hoje que as relações de professores e alunos com o livro didático, neste caso o livro didático de história caminham por um viés de um olhar mais crítico e questionador em relação a forma de como o conteúdo será ministrado e estudado em sala de aula.

Como dito anteriormente hoje o professor de história, junto à escola onde atua terá consigo a complexa tarefa de escolher o livro didático de história que lhe auxiliará na exposição dos conteúdos. Esta complexa “missão” de escolha do livro se dá por intermédio do Plano Nacional de Livro didático de História. Porém o fato de o PNLD de História auxiliar o professor na escolha do material didático não pode fazer deste, um sujeito coadjuvante, nem muito menos passivo ou omissos de crítica as formas pelas quais os conteúdos e discussões históricos são postos nos livros.

O livro didático de história deve ser compreendido pelo professor como um documento historicamente construído por diversos discursos, sejam eles governamentais, institucionais, sociais, culturais e econômicos. Como mesmo nos aponta Gatti (1997, p.7) “o objeto livro didático é resultado de um conjunto de relações sociais, intra e extraescolares”.

Mesmo sendo considerado importante aliado do professor para o processo de ensino aprendizagem o livro didático de história não pode ser considerado *eixo-norteador* deste processo. Junto ao professor sua função será de auxílio, um suporte didático. Para que o livro didático de história não se torne principal meio pelo qual o conteúdo seja

² Explicações mais relevantes sobre este modelo educacional ver: SAVIANNI, D. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou Ratio Studiorum (1599-1759). In: *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (p.49-59)

exposto, cabe ao professor perceber as intenções contidas nos textos destes livros, ler nas entrelinhas as ideologias e as subjetividades de autores e editores dos livros didáticos, proporcionará ao professor exercer em sala de aula o papel de a gente do saber histórico.

É preciso “ver” além daquilo que os manuais de professor nos propõem. Todo um conjunto de discursos está contido dentro do material didático. Qualquer que seja a disciplina, investigar nas entrelinhas é extremamente importante para o professor. No caso da disciplina de História a tarefa do professor de história torna este ver nas entrelinhas algo intensamente complexo, principalmente pelo fato de nós exercermos um constante diálogo com o passado, os conteúdos históricos contidos nos livros didáticos nos levam de volta ao passado.

Desta forma é preciso cautela sobre o que nos vem impresso no livro didático, nunca é demais que o professor reflita sobre os escritos dos conteúdos que nos possibilitam uma volta ao passado. Mesmo que enquanto profissionais capacitados para construção e organização de um livro didático de história, não podemos nos esquecer de que estes mesmos profissionais estão carregados de subjetividades e saberes de um tempo presente em que vivem e em que os livros estão sendo produzidos. Desta forma:

... ainda que isso seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação (CERTEAU, 2008, p.34).

Cabe ao professor debruçar seus olhos, revisando esta “leitura do passado” como Certeau nos aponta acima. As leituras e interpretações sobre o passado vêm carregadas de subjetividades e intencionalidades de autores, editores, ou seja, por todos aqueles que participam da construção do livro didático de história.

Indo mais além, Chartier nos mostra no fragmento abaixo que existe uma espécie de tensão construída entre aquilo que os autores escrevem e aquilo e o que o leitor incorpora destes escritos.

Se por um lado o leitor é pensando pelo autor (...) como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma única compreensão correcta, a uma leitura autorizada, por outro a leitura para o leitor é prática, criadora,

actividade produtora de sentidos singulares de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores...” (CHARTIER, 1990, p.123).

As possibilidades de perceber que a “leitura é portanto,(...) a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la” Chartier (1990, p. 123), faz com que o professor consiga enxergar as intencionalidades dos discursos implícitas e explícitas do livro didático de história, proporcionando aos seus alunos, ou ao menos despertando neles novos olhares, curiosidades, que levam a questionamentos sobre o passado, fazendo sempre uma ponte do presente com este passado, descobrindo as permanências e rupturas dos acontecimentos e fatos históricos.

Não se deve enxergar no livro didático como depositário de verdades inquestionáveis, ou “inofensivo” auxiliador no processo de ensino aprendizagem. Mesmo em meio as complexas condições pelas quais a educação brasileira vem enfrentando, não se pode em hipótese alguma abandonar as indagações a cerca do que se é produzido, vinculado e até mesmo aprovado pelo Ministério da Educação.

As propostas do próprio Ministério da Educação devem ser vistas, analisadas e se necessário criticadas pelo professor. Não tenho intenção de diminuir ou denegrir as propostas do Ministério da Educação construídas através do PLND para do livro didático, neste caso o de história. Porém a realidade da educação nas salas de aula brasileira está sendo diariamente vivenciadas e enfrentadas por professores e alunos.

Desta forma, ninguém melhor que estes sujeitos para propor mecanismos que através das novas abordagens históricas possibilitem ao livro didático cumprir sua função de auxiliar o professor no processo de ensino aprendizagem. Os conceitos e propósitos históricos postos nos livros didáticos devem ser expostos aos alunos, por intermédio dos professores de história de uma maneira que estes se reconheçam com agentes históricos, ligando o passado ao presente, percebendo através de um olhar crítico que as construções históricas fizeram e fazem parte até hoje do nosso cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas mudanças ocorreram com os livros didáticos de História, porém o que não mudou foi sua relevância no universo escolar. Dos séculos XIX e XX até hoje se observa

que este instrumento didático acompanhou as modificações dos paradigmas teórico, metodológicos e educacionais. Resultando atualmente no livro didático de História que conhecemos hoje.

O livro didático de História possui em seu processo de construção os interesses de muitos sujeitos, e talvez por isso seja alvo de tantas críticas. Por outro lado, em alguns casos de condições precárias para o ensino ele é o único meio pelo qual professores e professoras podem de fato lecionar. Desta forma seria interessante pensar o livro como um material didático com limitações, qualidades e defeitos. Não é necessário incluí-lo em polos maniqueístas de “bom” e “mau”.

O que não pode de fato ser deixado de lado é a percepção do livro didático de História também como um “sujeito” que deve ser sempre analisado, seja por meio de suas imagens, ilustrações, textos, autores, editores e discursos. Questionar todos aqueles que não “aparecem” mais fizeram parte da construção daquele objeto, isso inclui o Estado, as Editoras, Ilustradores e o próprio público consumidor dele. A grande discussão não deve estar em usar ou não usar o livro didático em sala de aula, e sim em como usá-lo, seja ele de História ou não.

REFERENCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Práticas de leitura em livros didáticos. **Revista da Faculdade de Educação**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 1-21, jan. 1996. ISSN 1806-9274. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rfe/article/view/33598>>. Acesso em: 10 Set. 2013.
- BITTENCOURT, Circe Maria. (org.). Linguagens e ensino. In:_____ *O saber histórico em sala de aula*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2008. (p. 69-89).
- BITTENCOURT, Circe Maria. Livros e Materiais de História. In:_____ *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (p. 293-307).
- CERTEAU, Michel de. Fazer História. In:_____ *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (p. 33-34).
- CHARTIER, Roger. Textos, Impressos, Leituras. In:_____ *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (p. 121-123).
- GATTI, Dércio. Livros didáticos, saberes disciplinares e culturas escolares: primeiras aproximações **Revista História da Educação**, Pelotas, n. 2, p.1-22 Set. 1997.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. Critérios Eliminatórios Específicos para o componente curricular História. In: *Guia de Livros didáticos: PNLD 2012: História Ensino Médio*. Brasília. 2011. (p. 14-15).

SAVIANNI, D. Uma pedagogia brasileira (1549- 1599). In:_____ História das Ideias pedagógicas no Brasil. 2 ed. Ver. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (p. 49-59).